

ROTEIRO PARA RODAS DE CONVERSAS

Vamos trazer aqui algumas dicas e ideias para você realizar **rodas de conversa** e debates sobre a situação econômica do país. Afinal, como ela tem afetado a sua vida, de sua família, de sua comunidade? Quais são as alternativas para uma economia comprometida com a vida, com a dignidade, com os direitos da população e contra todas as desigualdades?

Com certeza, para além das sugestões que apresentaremos, muitas outras ideias vão surgir e isso é ótimo! Fique à vontade para criar novas possibilidades e não se esqueça de contar pra gente como foi sua roda de conversa! Basta compartilhar fotos, mensagens e vídeos, usando a hashtag #DireitosValemMais em seus perfis ou canais nas redes sociais. Você também pode enviar para o email: direitosvalemmais@plataformadh.org.br

E O QUE PODE SER UMA RODA DE CONVERSA?

Uma pequena reunião de amigos ou vizinhos, um encontro, um seminário, uma audiência pública, um grupo de estudos, um piquenique, um sarau de poesias, uma roda de música e muitas outras coisas que possibilitem que as pessoas conversem sobre a economia. Não importa o número de pessoas, mas sim espalhar o debate sobre economia no país.

E AONDE AS CONVERSAS E DEBATES PODEM ACONTECER?

Na vizinhança, na escola, no grêmio estudantil, no trabalho, no boteco, na universidade, na praça, nos coletivos e movimentos sociais, nas redes sociais, nos mais diversos lugares.

MAS POR QUE FAZER RODAS DE CONVERSA?

Porque precisamos quebrar o silêncio e a ideia de que a decisão da economia tem que ficar na mão de especialistas. Se a gente não participar, a economia do país vai continuar a serviço da concentração de dinheiro na mão de poucos, a serviço dos ricos, do mercado financeiro e de grandes grupos econômicos e da transformação de direitos em mercadorias. Precisamos democratizar essa conversa! Precisamos de uma economia a favor da vida e da dignidade, não do sofrimento, não do desemprego, não da fome e da doença. Precisamos de uma economia que supere as gigantescas desigualdades do país.

DÁ PRA CONVERSAR SOBRE ECONOMIA SEM TER UMA ESPECIALISTA POR PERTO? SOMOS CAPAZES?

Sim, podemos! De forma geral, podemos definir que a economia trata de como os recursos naturais e aqueles gerados pelo conjunto da sociedade são produzidos, distribuídos e utilizados para o bem estar de muitos ou de poucos. Nas rodas de conversas, podemos estudar este roteiro, utilizar os materiais disponíveis no site www.direitosvalemmais.org.br assim como em outros portais e juntar coletivamente outras informações que nos ajudem a compreender as questões que estão em jogo. Ao final da roda, é legal fazer um levantamento das dúvidas do grupo que possam ser retomadas em próximas rodas de conversa. E não devemos esquecer: já sabemos muita coisa e muitas outras vamos trocar e aprender juntos!

E O QUE É A EMENDA CONSTITUCIONAL 95?

Em especial, vamos conversar nas rodas de conversa sobre uma medida aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2016: a Emenda Constitucional 95, apelidada de "Emenda do Teto dos Gastos", "Emenda do Fim do Mundo" ou "Pacote das Maldades". Pelos apelidos já dá pra perceber que coisa boa essa emenda não é: ela corta o dinheiro da saúde pública, da educação pública e de outras políticas sociais que garantem o atendimento da maior parte da população por vinte anos, prejudicando ainda mais quem mais precisa. Ou seja, o dinheiro das políticas sociais que atendem muita gente está sendo reduzido para que o dinheiro vá para as mãos de poucos.

QUEM PROMOVE A CAMPANHA DIREITOS VALEM MAIS, NÃO AOS CORTES SOCIAIS?

Uma articulação ampla e intersetorial de entidades, redes e movimentos sociais comprometida com a defesa e a promoção dos direitos humanos no país, que tem por objetivo promover o debate público e somar forças em prol do fim da Emenda Constitucional 95 e da política econômica de austeridade. A Coalizão é uma iniciativa da Plataforma de Direitos Humanos - DHESCA Brasil em aliança com um grande grupo de parceiras e parceiros. Venha fazer parte desta roda! Se você, sua instituição, sua organização, coletivo ou movimento social quiserem fazer parte da Coalizão, é só passar um email para: direitosvalemmais@plataformadh.org.br. Em nosso site, tem uma lista bem grande com as parceiras e parceiros da Coalizão.



Há muitos jeitos de organizar uma roda de conversa, um debate, um seminário, um encontro, um evento, um sarau, uma audiência. Você pode reunir um pequeno grupo de amigos ou realizar um evento com mais pessoas.

Para organizar o espaço para a roda, você e seus amigos podem colocar as cadeiras em círculo, decorar o ambiente, deixar a sala de um jeito mais acolhedor e confortável. Se for possível, as pessoas podem ser convidadas a trazer materiais que elas tenham em casa que tratem da situação econômica do país e alguma coisa de comer ou de beber para que possa ser realizado um lanche coletivo. Também pode ser realizada a roda de conversa em espaços virtuais, cuidando também do acolhimento das pessoas.

É muito importante que as pessoas que estão organizando a roda de conversa possam investir um tempinho na preparação da roda. Estudar este roteiro com antecedência e conhecer os materiais disponíveis no site **www.direitosvalemmais.org.br** e em outros portais vão trazer elementos para tornar mais produtivo esse momento. Nossa proposta é que o encontro possa ser organizado em cinco etapas:

- 1) Abrindo a roda: boas vindas
- 2) Crise econômica: como ela está afetando nossas vidas
- 3) Crise econômica: como ela está afetando nosso país
- 4) Precisa ser assim? Caminhos para sair da crise
- 5) Próximos passos

Mas a roda também pode seguir outro roteiro e ter um foco em uma área, como por exemplo: vamos discutir o impacto da política econômica e da Emenda Constitucional 95 na educação, na saúde, na assistência social, nas ciências, entre outros. Também vale uma roda que tenha um foco em uma população, como por exemplo: o impacto da política econômica na vida das mulheres, na vida da população LGBT, na vida da população negra, na vida das pessoas com deficiências, na vida da população quilombola, entre outros. Ou uma roda que tenha como foco o impacto em uma região, um município ou um território. Tudo isso está valendo!

O tempo de duração da roda de conversa pode variar conforme as condições de quem organiza o encontro e do grupo participante. Propomos que ela tenha, no mínimo, duas horas de duração, para que possa ser feito algum tipo de debate. O ideal é que a roda possa ter quatro horas de debate ou mais e que sejam definidos quais pontos serão abordados e o tempo de discussão que será dedicado a cada um deles.

É importante que uma pessoa assuma a coordenação da discussão, facilitando para que todas as pessoas possam participar da conversa e expressarem suas opiniões. A coordenação ou mesmo outra pessoa do grupo pode registrar os principais pontos da discussão do grupo. Não esqueçam de postar uma foto e uma mensagem sobre a roda de conversa por meio da hashtag #DireitosValemMais nas redes sociais ou enviá-las para o email: direitosvalemmais@plataformadh.org.br.

1. ABRINDO A CONVERSA: BOAS VINDAS (30 MINUTOS)

Para começar, as pessoas que organizarem o encontro podem dar as boas vindas, se apresentarem e dizerem às demais porque decidiram organizar o encontro. Uma das coisas que podem ser ditas também é que no Brasil fomos educadas e educados a não falar sobre economia, a deixar a decisão sobre a situação econômica na mão de especialistas. Só que a decisão do governo brasileiro nos últimos anos fez com que o país chegasse a uma situação terrível, tornando o que já era muito desigual em algo muito pior. Por isso, é urgente conversarmos sobre economia.

Logo em seguida, cada pessoa deve ser convidada a se apresentar às demais. Caso as pessoas já se conheçam, elas podem apresentar alguma coisa da vida delas pouco conhecida pelas demais (um sonho, um interesse, uma brincadeira), ou mesmo falar sobre qual a economia elas desejam para o país. As coisas ditas pelo grupo podem ser registradas em um cartaz ou em tiras de papel e podem ser dispostas no chão, no centro do círculo, ou afixadas na parede para que todos vejam a produção do grupo.

2. CRISE ECONÔMICA: COMO ELA ESTÁ AFETANDO AS NOSSAS VIDAS (1 HORA)

No segundo momento da roda, sugerimos que vocês assistam juntos os vídeos: (1) Crise econômica: Precisa ser Assim? (2) Direitos valem mais, Não aos cortes sociais. Os vídeos, que são desenhos animados, foram produzidos pela Plataforma DHESCA Brasil e estão disponíveis no site **www.direitosvalemmais.org.br**. O primeiro vídeo tem duração de quatro minutos e o segundo vídeo tem duração de três minutos.





O primeiro vídeo explica o que está acontecendo na economia do Brasil e o que é a chamada política econômica de austeridade, que tem levado o país a gigantescos retrocessos, a perdas de direitos e ao crescimento da violência, da intolerância, da perseguição a movimentos sociais, do encarceramento em massa, sobretudo de jovens negros.

O segundo vídeo explica alguns dos impactos da Emenda Constitucional 95 (a Emenda do Teto dos Gastos) e a importância de promover o debate público, multiplicar as rodas de conversa e somar forças pela mudança da política econômica do país. Além desses vídeos, vocês podem usar outros vídeos para dar início aos debates sobre a situação econômica no país.

Os dois vídeos podem ser assistidos no celular, no computador ou exibidos em um projetor ou em uma TV. Caso nenhuma dessas alternativas seja possível, vocês podem ouvir somente o áudio do vídeo ou, ainda, um dos participantes que tenha assistido pode contar aos demais sobre do que se trata e suas impressões.

Depois de assistir os vídeos, o passo seguinte é propor para que as pessoas falem sobre:

- Como a crise econômica do país afetou a sua vida e de sua família?
- Você conhece alguém desempregado ou que sofreu redução de ganhos?
- · Você conhece alguém que não está conseguindo atendimento na área da saúde?
- · Você conhece alguém que perdeu com a crise?

Se o grupo for maior do que vinte pessoas, pode ser feito um "cochicho" de duas em duas pessoas sobre as questões. Se for muita gente, pode ser pedido que somente algumas duplas falem na roda o que discutiram nas duplas. É legal registrar em cartazes os principais pontos dessa parte da conversa e afixar na parede ou colocar no centro da roda, no chão.

3. CRISE ECONÔMICA: COMO ELA ESTÁ AFETANDO A VIDA DO NOSSO PAÍS? (1 HORA)

Nesse terceiro momento da nossa roda de conversa, vamos abordar alguns dados do estudo Direitos Humanos em Tempos de Austeridade, elaborado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), pela Oxfam Brasil e pelo Centro para os Direitos Econômicos e Sociais (CESR) e do Relatório sobre o Impacto da Política Econômica de Austeridade nos Direitos Humanos, elaborado pela Plataforma DHESCA, ambos publicados no final de 2017. Esses estudos analisaram como a atual política econômica brasileira e, em especial, a Emenda Constitucional 95 está destruindo os direitos sociais de nosso país e afetando a população. Vocês podem discutir outros dados de estudos ou de matérias de jornais e revistas.

A seguir, apresentamos um texto com dez pontos que pode ser lido em voz alta por uma pessoa ou dividido em trechos para serem lidos por diferentes pessoas do grupo, tornando mais dinâmica a leitura. Peça para o grupo anotar o que mais chamou a atenção e quais são as dúvidas que ficaram da leitura do texto para que possam ser retomadas depois.

A POLÍTICA ECONÔMICA DE AUSTERIDADE E O AUMENTO DAS DESIGUALDADES E DA VIOLÊNCIA NO PAÍS

Na última década, o Brasil teve grandes avanços na superação da pobreza, muito porque fez grandes investimentos de dinheiro público em saúde, em educação e em proteção social. Em 2008, com a crise econômica internacional, o Brasil fez o contrário de outros países: em vez de cortar gastos sociais, investiu mais recursos em políticas sociais, o que manteve a economia brasileira aquecida e levou a população a ficar mais protegida dos efeitos da crise econômica que atingiu vários países.

Porém, a partir de 2014, o Brasil adotou a política econômica de austeridade, aquela que defende que para o país "arrumar" a economia, ele tem que cortar recursos das políticas sociais, impor sacrifícios à população e concentrar ainda mais o dinheiro na mão de poucos, sobretudo, de grandes grupos econômicos e do mercado financeiro.

Essa situação ficou ainda pior no governo Temer e, em especial, com a Emenda Constitucional 95, aprovada em dezembro de 2016, que vem cortando os recursos para as políticas sociais por vinte anos - uma política sem precedentes na história do Brasil. Algumas informações que nos ajudam a compreender a gravidade da situação e como essa política econômica vem acirrando ainda mais as desigualdades:

1) Concentração de renda na mão de poucos: A concentração de renda de 1% dos brasileiros no topo é a maior do mundo. Os seis homens mais ricos do Brasil têm a mesma riqueza que os 50% mais pobres da população. Enquanto isso, 16 milhões de brasileiros vivem na pobreza e mais de 50% dos brasileiros estão muito perto de entrar na pobreza. No último ano, os bancos do país alcançaram os maiores lucros de toda a

sua história, ganhando muito dinheiro, assim como os setores econômicos que vivem do mercado financeiro.

- 2) Desemprego: Em decorrência da crise econômica, as taxas de desemprego no Brasil se elevaram, batendo o recorde em 2017 com mais de 14 milhões de pessoas sem emprego. Como consequência do desemprego, um em cada quatro brasileiros adultos tinham contas em atraso no período, totalizando 61 milhões de pessoas endividadas.
- 3) Desigualdades raciais: Essa realidade também vem levando ao aumento das desigualdades de renda entre negros e brancos a partir de 2015. O rendimento de pretos e pardos passou a sofrer variação negativa 1,6% e 2,8%, respectivamente -, enquanto os brancos mantiveram o seu índice de rendimento positivo, em 0,8%. Além disso, é importante destacar que o governo federal cortou drasticamente recursos dos programas destinados à promoção da igualdade racial.
- 4) Reforma agrária e violência no campo: No campo, os povos e comunidades tradicionais, camponeses e agricultores familiares vêm sofrendo o corte das políticas que até então garantiam minimamente a sua sobrevivência. O número de decretos de desapropriação de terras para a reforma agrária diminuiu consideravelmente nos últimos anos, assim como o número de famílias assentadas: em 2015 foram assentadas 26.335 famílias, enquanto que no ano seguinte este número caiu para 1.695. Em caminho inverso, a violência no campo cresceu consideravelmente nos últimos anos. Dos conflitos registrados no último ano, 1.079 resultaram em violência. Outro dado alarmante é o número de assassinatos de lideranças do campo: em 2015 foram 50 assassinatos, seguidos de 61 mortes em 2016 e 65 mortes em 2017.
- 5) Fome e desnutrição: ao longo das últimas décadas, o Brasil tornou-se um modelo reconhecido mundialmente no combate à fome e à desnutrição. Enquanto a situação geral de subnutrição caía abaixo dos 2,5% na última década, a prevalência de anemia entre mulheres mantinha-se elevada em 27%. Em vez de resolver esses problemas, em 2017 o governo brasileiro reduziu o financiamento dos programas de segurança alimentar essenciais, particularmente, para mães de baixa renda. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que une pequenos agricultores a famílias e crianças em situação de insegurança alimentar, é um exemplo alarmante desse prejuízo, sofrendo cortes de 70% nos últimos três anos. Muitos pequenos produtores rurais em especial aqueles em regiões pobres do norte do país viram-se privados desse benefício.
- 6) Violência policial e assassinato de defensoras e defensores de direitos humanos: No que diz respeito à violência policial, os números são gritantes e têm jovens negros como as principais vítimas. Outro dado alarmante diz respeito ao assassinato de defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil. De acordo com o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, a cada cinco dias um defensor de direitos humanos é assassinado no país. Um dos casos que mais chamou a atenção de todo o Brasil e do mundo, foi a execução da vereadora Marielle Franco, ativista do movimento de mulheres negras e da luta da LGBT, defensora dos direitos humanos, assassinada em março no Rio de Janeiro. Até o momento, o governo não apresentou os culpados.

- 7) Ataque aos direitos indígenas: As populações indígenas estão sofrendo o maior desmonte da história da Funai Fundação Nacional do Índio com um corte de 50% no orçamento e a desoneração de 87 funcionários. Se não bastasse, os resultados apresentados no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai/Incra solicitaram o indiciamento de 88 pessoas que atuavam cotidianamente com os povos indígenas, criminalizando e intimidando os movimentos sociais e profissionais.
- 8) Reformas trabalhista e da previdência: Aprovada pelo plenário do Senado no dia 11 de julho de 2017, a reforma trabalhista alterou profundamente a legislação trabalhista brasileira, especialmente a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que sofreu modificações em mais de cem pontos¹, fragilizando ainda mais os direitos dos trabalhadores do país. Além da reforma trabalhista, o governo Temer tenta pautar na Câmara a reforma da previdência. Entre as principais mudanças, a proposta apresentada altera a idade mínima para a aposentadoria e o tempo de contribuição necessário para tal, as regras relativas aos trabalhadores rurais e para aqueles que recebem Benefício de Prestação Continuada, benefício destinado a idosos de mais de 65 anos e a pessoas com deficiências.
- 9) Cortes na Educação pública e nas Ciências: Os cortes de recursos na educação tornam inviável a implementação do Plano Nacional de Educação, lei aprovada em 2014, que estabelece vinte metas para melhorar a educação brasileira. Além disso, a Emenda Constitucional 95 tem levado a diminuição dos recursos do Fundeb (principal Fundo da Educação Básica) e prejudicado o funcionamento de creches, escolas e universidades públicas e o atendimento de milhões e milhões de estudantes. O governo federal também vem reduzindo drasticamente o orçamento para a pesquisa científica e para o funcionamento das universidades públicas. Segundo a Campanha Conhecimento sem Cortes, a receita prevista este ano é a mais baixa dos últimos 12 anos e fica menor ainda quando somada aos cortes em outros ministérios que impactam a produção de conhecimentos no país. Muitas mulheres e homens cientistas estão deixando o país por falta de verbas para as pesquisas.
- 10) Cortes na Saúde pública: Na área da saúde pública, os efeitos são amplos e profundos: do corte ao acesso aos remédios, com o fechamento de mais de 300 farmácias públicas à precarização das condições de atendimento do Sistema Único de Saúde (que atende cerca de 80% da população brasileira), à diminuição da vacinação da população, entre outros efeitos. Além disso, o país tem vivido nos últimos anos a proliferação de epidemias, como a da febre amarela, intimamente ligada a vários retrocessos, entre eles, ao desmonte da política de saneamento básico e das políticas de proteção ambiental. Em relação às epidemias como o zika, a chikungunya e a dengue, o impacto para vida cotidiana e para a saúde da população é imenso, em especial, das mulheres, devido ao papel de cuidadoras que exercem em suas famílias e comunidades. As doenças tornam as pequenas tarefas diárias quase impossíveis de executar devido às dores fortes e a fraqueza.

Ufa, quanta desgraça! Depois de ler o texto, discuta com as pessoas da roda: o que elas acharam? O que mais chamou a atenção? Quais outras informações as pessoas têm dos desmontes e cortes em outras áreas sociais ou que impactam outros setores da população? Registre os principais pontos da conversa.

4. PRECISA SER ASSIM? CAMINHOS PARA SAIR DA CRISE (1 HORA)

Não precisa ser assim! Há outros caminhos. Mas muita gente não quer que a população saiba que existem outros caminhos, para que o dinheiro cada vez mais fique concentrado nas mãos de poucos. Neste momento da roda, vamos falar sobre isso: caminhos, possibilidades e esperança! Além dos estudos já citados e outros que constam no site **www.direitosvalemmais.org.br**, destacamos também o estudo Austeridade e Retrocesso, produzido por um grupo de economistas comprometido com uma economia que supere desigualdades. O estudo também está disponível no site da Campanha. Agora vamos para três prioridades:

1. Revogação da Emenda Constitucional 95: Por todos os motivos que falamos antes, é fundamental revogar a Emenda Constitucional 95, que tira dinheiro da educação, da saúde e de outras políticas sociais.

Para revogar, é necessário que mais gente compreenda os efeitos destrutivos dessa Emenda e faça pressão social pela revogação, por isso a importância de multiplicar as rodas de conversa, fazer parte das mobilizações pela revogação e escolher candidatas e candidatos nas eleições deste ano que sejam comprometidos com a fim da Emenda Constitucional 95 e da política econômica de austeridade.

Uma das propostas, defendidas pela Plataforma DHESCA, pela Plataforma de Movimentos Sociais pela Reforma Política e por outras organizações, coletivos e movimentos sociais, é a realização de um grande referendo popular pela revogação da Emenda Constitucional 95.

Previsto na Constituição brasileira, o referendo é um instrumento de participação popular, que prevê que a população vá às urnas para dizer se concorda ou não concorda com uma lei já aprovada pelo legislativo.

Além disso, os movimentos sociais brasileiros têm grande experiência de realizar plebiscitos populares de iniciativa da sociedade civil, que se transformam em grandes mobilizações em prol de direitos, como o Plebiscito Popular sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o Plebiscito por uma nova Constituinte – com comitês populares e um grande esforço de formação política.

Uma iniciativa que faz parte da Campanha Direitos Valem Mais é a petição online promovida pelo Conselho Nacional de Saúde. A petição, que pode ser assinada por qualquer pessoa, pede que o Supremo Tribunal Federal (STF) aprove a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.658 que solicita a revogação da Emenda Constitucional 95. Vamos assinar e buscar mais assinaturas para petição! No dia 5 de abril, foram entregues as primeiras 70 mil assinaturas ao STF! A petição está disponível no site da Campanha Direitos Valem Mais, não aos Cortes Sociais (www.direitosvalemmais.org.br).

- 2. Políticas anticíclicas: No vídeo "Crise Econômica: precisa ser assim?", vimos que vários países enfrentaram a crise econômica aumentando o investimento em políticas sociais, o que mantém a economia aquecida e protege a população dos impactos da crise. Essas políticas que reagem à crise são chamadas de políticas anticíclicas. Em vez de cortar gastos sociais, o caminho é o contrário: aumenta-se os gastos sociais para reagir a crise. Por isso, é importante que a gente não caia no conto de que a população tem que fazer o sacrifício, e exija mais recursos para as políticas sociais.
- 3. Reforma tributária progressiva: No Brasil, os mais pobres e a classe média sempre pagaram proporcionalmente mais impostos que os mais ricos. Quando isso acontece em um país, se diz que o país tem um sistema tributário recessivo. Comparado a outros países do mundo e, inclusive, da América Latina, o sistema tributário no Brasil é considerado um dos mais injustos do planeta, alimentando as grandes desigualdades no país. Aqui, os 10% mais ricos gastam 21% de sua renda com impostos ao passo que os 10% mais pobres do Brasil gastam 32%. Proporcionalmente, em relação ao que ganham, as mulheres pobres e negras são as que mais pagam impostos no Brasil, um país em que mais de 50% da população ganha menos do que um salário mínimo.

E os impostos são importantes para quê? Para financiar as políticas sociais e a garantia dos direitos previstos em nossa Constituição. Por isso, não podemos cair na conversa de que quanto menos impostos, melhor! A questão, na verdade, é quem deve pagar mais impostos no Brasil?

Por isso, em vez de cortar recursos das políticas sociais, o Brasil precisa de uma reforma tributária progressiva que possa cobrar mais impostos de quem mais tem dinheiro, incluindo a taxação das grandes fortunas; o combate do envio ilegal de dinheiro para fora do país e a sonegação de impostos, principalmente, por parte de grandes grupos econômicos. Sonegação é quando se criam artimanhas para não pagar impostos.

5. PRÓXIMOS PASSOS (30 MINUTOS)

Neste momento final, sugerimos que vocês assistam juntos/as o clipe musical da Campanha Direitos Valem Mais, disponível no site www.direitosvalemmais.org.br. Com uma música contagiante, produzida especialmente para a Campanha, o clipe apresenta um conjunto de mulheres negras de vários coletivos e movimentos sociais.



Em grupo, vocês podem discutir: qual a emoção que o clipe musical mobiliza em cada pessoa e no grupo? Como podemos fazer dessa emoção um impulso para agir em prol da transformação social do país?

Para concluir a roda, podemos resgatar o registro e discutir:

- Como foi participar desta roda de conversa?
- Como podemos nos apoiar e alimentar a solidariedade em tempos difíceis?
- Quais dúvidas ficaram? Como podemos dar continuidade a esta roda, pesquisando outros materiais e aprofundando o debate realizado?
- Como ampliar as rodas de conversa para outros lugares?
- Queremos participar das novas mobilizações que serão propostas pela Coalizão Anti-Austeridade e pela revogação da EC 95 em 2018?

Não vamos esquecer da foto: hora de tirar foto do grupo e postar a foto e uma mensagem ou vídeo sobre a roda de conversa realizada nas redes sociais por meio da hashtag **#DireitosValemMais** ou enviar para o email: **direitosvalemmais@plataformadh.org.br**. A foto e a mensagem são muito importantes para estimularem outras rodas e mostrar ao mundo nossa mobilização!

AGRADECEMOS muito a participação de vocês nesta mobilização em prol de uma economia a favor da vida e contra todas as desigualdades! Por um Brasil com democracia, justiça social, respeito aos direitos humanos e com sustentabilidade socioambiental!

COALIZÃO ANTI-AUSTERIDADE E PELA REVOGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95